

António Sérgio e o self government

Carlos Nogueira Fino

in

(Arquipélago - Perspectivas e Debates, 2, 8, 187-200. Funchal, Inverno de 1997)

“O amor é já conhecimento: o que ele pressente, no auge do seu tumulto, é a ordem que está para além do caos empírico”.

François Châtelet, in **A Filosofia Pagã**

1. A abrir

António Sérgio nasceu em Damão em 1883. Morreu em Lisboa em 1969. De origem aristocrática, descendia pela linha materna e pela linha paterna de altas patentes da Armada. Dividiu os anos da infância entre a Índia e a África. Até 1910, ano da implantação da República, fez também carreira na Armada, de onde saiu para se dedicar ao ensaio, à crítica, à pedagogia, à história, à política, à sociologia, à filosofia.

Interessou-se vivamente pelos problemas da educação e da reforma da(s) mentalidade(s), escrevendo sobre esses assuntos vários ensaios. Foi generosa e criticamente idealista e defensor de modelos quase apolíneos de organização da sociedade, alcançados, através do cooperativismo, por cidadãos que emergissem do meio escolar burilados pelo self government e treinados para o exercício da liberdade e para a cooperação.

Os parágrafos seguintes constituem uma tentativa de encontrar esse Sérgio pedagogo, utilizando, quase sempre, as suas palavras, quer em epígrafes e itálicos, quer amalgamadas no texto do autor destas linhas que, neste particular, mais não é que um narrador.

2. Os métodos activos e o self government

“On utilise souvent l’expression de ‘méthodes actives’ lorsque l’on se réfère au domaine de la formation intellectuelle. Le ‘self government’ apparaît par contre une méthode active - ou une tentative de méthode active - dans le domaine de l’éducation”.

Guy Palmade, in **Les Méthodes en Pédagogie**

“L’excellence du ‘self government’ par rapport à la contrainte adult et aux ‘leçons’ de tout genre, c’est de conduire l’enfant à constituer lui-même une morale, à vivre lui-même les difficultés de la vie en commun et à surmonter lui-même les conflits au moyen d’une

discipline à laquelle il se soumettra d'autant mieux qu'il aura collaboré lui-même à son élaboration”

Jean Piaget, citado por Guy Palmade in **Les Méthodes en Pédagogie**

Enquanto que, no plano individual, os métodos activos consistem em fazer com que as crianças descubram, por elas próprias, os conhecimentos que lhe são indispensáveis ou que participem, pelo menos, nessa descoberta, o self government confia ao conjunto dos alunos a organização da disciplina escolar, ou à sua participação nas decisões relativas à escola. Piaget vai, no entanto, mais longe, ao reconhecer ao self government o estatuto de via da descoberta concreta, feita pelos alunos, do valor da cooperação e da solidariedade.

Deve ter-se em conta, porém, que as rotinas do self government foram mais frequentemente utilizadas nas actividades práticas, anexas mas diversas das actividades lectivas. Ao mesmo tempo que os alunos se autogovernavam fora da sala de aula, poderia muito bem acontecer que o não fizessem quando nela entrassem. De facto, o self government nunca deixou de ser compatível com a aplicação rigorosa de programas estritos, e com a mais completa ausência de liberdade sobre o quê e como aprender. Não há dúvida, no entanto, de que a educação pelo self government pode (e deve) ser complementada pela escolha de processos activos ao nível da prática lectiva.

Mas não se deve concluir que a soma do self government com os processos activos consista em qualquer tipo de autogestão pedagógica de que a não-directividade de Rogers seria um dos paradigmas. Como é do conhecimento geral, ainda que os métodos activos permitam aos alunos a descoberta dos conteúdos e a direcção das actividades da classe, o seu programa de trabalho não deixa de ser bem determinado pelo professor, pelo que os alunos não conduzem a sua principal actividade.

Dizia Férrière que a escola nova era um internato familiar estabelecido no campo, onde a experiência da criança servia de base à educação intelectual pelo emprego adequado dos trabalhos manuais, e à educação moral pela prática de um sistema de autonomia relativa dos escolares.¹ A educação moral, pela prática de um sistema de autonomia relativa e de solidariedade é o fundamento do self government, característica da maioria das escolas novas, o que, de resto, se conclui da leitura dos Princípios 21, 22, 23 e 30 da Escola Nova, tal como ficaram definidos a partir do congresso de Nice, em 1932.

Em 1915², Sérgio posiciona-se em relação à sociedade progressista, apontando a educação como o caminho que conduz ao triunfo da produção sobre o parasitismo. Como faz notar Vitorino Magalhães Godinho³, e em oposição à tese marxista, a luta social fulcral para o desenvolvimento da sociedade portuguesa não é a que se trava entre os capitalistas e os proletários. A batalha social fulcral é a que pretende desparasitar a sociedade portuguesa, e essa batalha ganha-se, ou perde-se, na educação.

¹ Citado por Planchard (1979)

² No livro **Educação Cívica**

³ Em **A educação, a transformação de Portugal e a mudança de civilização**, prefácio da **Educação Cívica**.

Educação para a produção (educação profissional) correlativa da educação para a democracia. Com os seguintes vectores de suporte pedagógico:

- Os interesses espontâneos das crianças, conduzindo ao adulto, ao cidadão;
- As actividades económicas, conduzindo ao trabalhador.

Para essa educação, Sérgio preconiza uma escola que se sustente em alicerces muito diferentes dos tradicionais. Para ele, escola é a cidade, o laboratório, a oficina, a comunidade do trabalho. E educação é a acção, pelo que devem ser extirpados das rotinas da escola os métodos passivos de ensinar. Além do mais, Sérgio não confunde educação com instrução. Nem com assimilação enciclopédica de conhecimentos. Para ele, educação consiste em formação, e firmeza crescente no saber fazer e no saber procurar.

Educação pelo trabalho científico e manual, o que equivale a dizer união do trabalho científico e do trabalho manual. Mas também formação corporal e formação artística.

E a convicção de que a escola é um local de trabalho, um corpo de oficinas, pelo que não há que ceder à tentação de tornar o ensino atraente. A democracia pressupõe disciplina e autodisciplina.

3. Self government

“Devo dizer que neste caso ‘educação profissional’ não é aquilo a que chamaremos ‘educação técnica’, isto é, o cultivo da técnica pela técnica, o da especialidade pela especialidade; entendemos por educação profissional a educação genérica do trabalho, em que se toma o exercício de uma arte usual como meio educativo, e em que se concede especial valor ao trabalho em comunidade - trabalho em que a acção do indivíduo se vai inserir num plano geral, animado assim do sentimento duma obra colectiva”.

António Sérgio, in **A Educação Cívica**

Para Sérgio, o ponto de partida é a dedução das necessidades portuguesas. Daí se fixam os objectivos. E aproveita-se a prática do estrangeiro, estudada para seleccionarmos o que melhor servisse aos objectivos demarcados pela análise do nosso problema.

Os fins são determinados pelo raciocínio com a análise. Os meios são aquilatados pela experiência.

“E fui, por isso à universal experiência escolher os instrumentos mais adequados para uma primeira conversão dos meus conceitos em regras práticas de conduta... À acção, à

experiência compete depois minuciar, estender e aperfeiçoar constantemente as sugestões de laboratório e as teorias de gabinete”.⁴

Isto para concluir que a educação em Portugal não fornecia (será que já fornece?) nem espírito científico nem apetrechamento adequado à observação da natureza.

Aos hipócritas que verberam a invasão do livro e do pensamento estrangeiros, Sérgio replica que sem o método, sem a experiência, sem a investigação original não podemos substituir o livro de fora. A solução não é amaldiçoar o que vem de fora em nome da pureza e atavismos rácicos eivados de francesismos não confessados, antes interiorizados. A solução consiste em copiar do estrangeiro o laboratório, o método científico, o ardor na pesquisa, o espírito novo. Só então ficaremos aptos a manejar directamente a (nossa) realidade e ver surgir as ideias originais. Como ele diria, *res, non verba*.

“Entendamo-nos:”, escreve Sérgio⁵, “*não vos peço ideologias, ou modernismos na política; peço-os na educação e na economia; na concepção da moral e do trabalho; na mentalidade das pessoas*”. Porque só há uma solução, o modernismo, entendido como partilha do conhecimento actual e universal, cujo contrário será *pinamaniquear, sebastianizar, literaturar, politicar*. E dormir que a vida nos acordará um dia, a pontapés.⁶

E sempre a educação como motor da mudança que deseja. “*Sabeis que a mola do sistema britânico consiste numa coisa que por ser deles lhe chamaremos como eles lhe chamam: o self government. Sem dúvida a sociedade, a família, o ambiente educam o inglês no self government, mas lá está a escola a infundi-los nesse molde*”.⁷

Aos seus leitores dirige-se Sérgio directamente, dizendo “*...percebes já porque vou falar-te de self government escolar entre gente anglo-saxónica, e julgo inútil insistir em como é grave este problema nas democracias deseducadas, terras propícias para charlatães*”.⁸

4. **O nosso self government**

“O plano educativo é função das circunstâncias em que se encontra a sociedade de que faz parte o indivíduo, circunstâncias decorrentes da história dessa sociedade”.

António Sérgio, in **A Educação Cívica**

A verdadeira educação nacional seria a urgente educação anglo-saxónica, adaptada a uma escola do trabalho e da organização social do trabalho. E, ao apelidá-la de anglo-saxónica,

⁴ In **Educação Cívica**, p.22.

⁵ op. cit., p. 24.

⁶ op. cit., p. 25.

⁷ op. cit., p. 28.

⁸ op. cit., p. 33.

Sérgio referia-se à educação como uma disciplina do carácter, que fosse um desenvolvimento da iniciativa, da vontade criadora, da responsabilidade, do autodomínio, do self government.

E a escola inserida na aldeia, na vila, na cidade, sem que as paredes sejam muros, mas o lugar da inserção dos vínculos e das ressonâncias. *“A boa vida municipal, o bom cidadão, o bom munícipe (...), não valerá a consegui-lo nenhum processo de instrução, menos ainda o dos discursos, mas o de habituar as crianças à acção municipal, à própria vida da cidade, ao exercício dos futuros direitos de soberania e de self government; criar-se-ia este regime concedendo forais às nossas escolas, de modo que a turba-multa estudantil, em vez de um rebanho estúrdio mal pastoreado pelo mestre, reitor, director ou vigilante, formasse um verdadeiro município, sob a assistência, o conselho e a cooperação discreta dos professores”*.⁹

4.1. Como teria sido a escola de Sérgio?

O modelo de self government proposto por António Sérgio funcionaria em redor da ideia do município escolar, que seria regido pelos seguintes princípios:

- a) É necessário que a escola reproduza, o mais possível, a estrutura da vida social adulta. (O paradigma da escola é a escola-cidade, e o paradigma da cidade a cidade-escola). É necessário que o aluno se habitue a cooperar pelo bem da comunidade.
- b) O município escolar procura instalar os estudantes nas reais condições da existência social para os afazer à benevolência, à generosidade, à honradez, à clara consciência dos deveres dos cidadãos.
- c) O município escolar procura desenvolver o altruísmo e, ao mesmo tempo, criar reformadores, capazes de denunciar o vício e o delito, não por delação, mas na defesa do bem comum. Indivíduos habituados a intervir, e para os quais a intervenção é considerada como um dever e como um interesse do indivíduo e da comunidade.
- d) É a educação moral, e não a “disciplina”, o verdadeiro e único fim do município escolar. Nunca um mero expediente administrativo nem artifício disciplinador.
- e) O município-escola é um laboratório de instrução cívica.

4.2 E que papel tem o professor?

N escola de Sérgio esse papel seria:

- a) Dirigir idoneamente as operações.
- b) Elidir as suas falhas.
- c) Consagrar tempo, atenção e interesse verdadeiro ao projecto educativo.

⁹ op. cit., p. 36.

d) Assegurar que os alunos cidadãos tenham a maior responsabilidade possível para que tirem da autonomia que se lhes dá o maior valor educativo.

4.3 Como seria o modelo português de self government?¹⁰

A sua forma mais rudimentar é a **aldeia escolar**, a escola na aldeia. Tem um comício legislativo mensal ou semanal, e magistrados correspondentes, em número e funções, aos da aldeia:

- o regedor, que preside aos comícios e representa a escola;
- o juiz de paz, que julga os defendentes.¹¹
- o escrivão, que regista leis e regulamentos.
- o cabo de polícia.

A forma intermédia é a **cidade escolar**, à semelhança do município. Os seus magistrados são idênticos em título, função e método de eleição aos da cidade a que pertence a escola, ou a que está mais próxima. À cidade escolar cabe familiarizar os alunos com a governação do município, através da ideia da eficácia reformadora do indivíduo na administração, e do conhecimento dos serviços que o indivíduo tem direito de exigir dos diferentes ramos administrativos.

A forma mais elevada é a do **estado escolar**, duas escolas ou mais, vizinhas, organizadas em município escolar, próximas e com facilidade de comunicação, e tendo como meta, além da instrução cívica, a realização de jogos inter-escolas, a pugna por melhoramentos públicos, a partilha de experiências.

4.4 E como se praticaria?

Em 1915, António Sérgio escrevia que “o professor ensinará os estudantes a governarem-se a si mesmos, criando leis justas e sensatas e sobretudo executando-as e fazendo-as executar; sendo fieis cidadãos e magistrados cumpridores; concorrendo para as tentativas de melhoramento social; elegendo os magistrados pela única consideração das capacidades de cada um”.¹² Para ele, era indispensável preparar as crianças para que ficassem aptas a receber a ideia de município escolar. Assim, durante quatro ou cinco semanas far-se-ia por que ficassem com uma ideia concreta sobre o governo democrático:

- a) em que consiste fazer leis pela cooperação dos cidadãos;
- b) o que é vigiar em comum pelo seu exacto cumprimento;

¹⁰ Modelo proposto por Sérgio em 1915.

¹¹ Sérgio recomenda a utilização do termo *defendentes*, adaptado da palavra inglesa *defendants*, em vez de acusado, réu, ou criminoso.

¹² In **Sobre Educação Primária e Infantil**, p.39.

- c) como se interpretam as leis e se julga como devem aplicar-se a cada caso particular;
- d) que é dever de cada indivíduo o interessar-se, seriamente, por estes problemas da cidade;
- e) que aos direitos a boa administração, boas condições de vida, espaço conveniente para jogos, correspondem deveres, e que unicamente os bons cidadãos podem reivindicar, com justiça, os benefícios de um bom governo.

Em seguida preparar-se-ia um plano de governo que deveria conter:

- a) títulos e deveres dos magistrados;
- b) ramos da administração e seus fins;
- c) praxes e procedimentos dos comícios.

Depois votar-se-ia o plano proposto (Sérgio acreditava que um professor hábil conseguiria a unanimidade). E elaborar-se-ia a petição à autoridade competente (ministro, reitor, etc.) das prerrogativas do self government.¹³

A autoridade competente concederá, em consequência, aos estudantes, o foral que especificará os objectivos, a lei geral, as coisas proibidas, os deveres, as punições, os agentes da polícia, a duração dos cargos.

Depois das eleições, por círculo único ou por distritos eleitorais, entra em exercício o sistema, sob a vigilância do professor.

A 3 de Março de 1917, numa conferência¹⁴, Sérgio manifestava a opinião de que o treino político-social deveria começar já no período da vida escolar, segundo três formas principais:

- a) A educação cívica pelo self government (que é do que temos vindo a tratar);
- b) A concepção da escola como um centro social e o estudo das questões sociais, nomeadamente no programa do ensino secundário. *“Em resumo, deveria a escola: intervir directamente nos problemas sociais; manter-se em comunicação com o pensamento da nossa elite; ser a tribuna sempre aberta a todos os apóstolos e reformadores, que ensinem o povo a governar-se a si próprio”*.¹⁵

¹³ Sérgio inclui na **Educação Cívica**, a páginas 52 e seguintes, um exemplo dessa petição.

¹⁴ Denominada “A função social dos estudantes”, publicada juntamente com outros trabalhos sob o título genérico **Sobre Educação Primária e Infantil**.

¹⁵ In **Sobre Educação Primária e Infantil**, p. 68.

c) A formação de sociedades escolares para a discussão em comum dos problemas sociais que mais interessam os estudantes, “e entre eles os problemas da educação. Assim formariam no seu espírito um certo ideal educativo, que lhes permitiria depois impelir as escolas a caminharem para esse ideal”.¹⁶

5. Na sala de aula, na oficina, no laboratório

“Dar a um homem, já feitas, as coisas de que carece, é privá-lo de fazer coisas, de vir um dia a saber fazê-las: do mesmo modo, dar a uma criança abstrações, sobretudo na fase inicial, é privá-la de teorizar, de tirar o inteligível do concreto; é portanto estiolar nela a faculdade de inteligir, o dom de pensar, de criar saber, de organizar cientificamente a sua experiência de todos os dias”

António Sérgio (1918)¹⁷

Se alguma tivesse sido mestre-escola, numa escola de aldeia, Sérgio proporia um ensino que não fosse abstracto, que partisse da prática e que voltasse a ela, que saísse da acção e voltasse à acção, que fosse uma prática imitadora da prática científica. Não haveria razão para distinguir, no ensino, um pensamento prático (de um mundo de acção) de um pensamento teórico (de um mundo especulativo). Para Sérgio, o saber que se adquire na escola deve continuar o saber que se alcança fora dela, de maneira que constituam uma só vida mental, uma só experiência. É necessário que exista uma continuidade perfeita entre a aula e a vida, a lição e o mundo, o professor e o universo familiar do aluno. O ensino, bem ministrado, não deve levar o aluno a prender várias ciências, mas a organizar cientificamente a sua experiência quotidiana. *“Aquilo que se aprendeu na lição da escola deve funcionar de maneira imediata na vida ordinária do educando; os interesses ordinários do educando devem irromper imediatamente no contexto da lição”*.¹⁸

Na escola primária, a leitura deve ser o simples acompanhamento de um treino científico e moral que tenda a transformar o educando num produtor melhor, num cidadão melhor. As ideias, os conceitos devem ser precedidos pelo facto, do mesmo modo que a compreensão deve preceder a descrição. E devem atentar os professores que transmitir (e receber) conhecimentos não é cultura. Pode sê-lo o modo de transmitir, se baseado numa inteligência crítica. A cultura autêntica constitui-se no treino da compreensão.

5.1 Educar para quê e como?

Para a liberdade e para o trabalho cooperativo. E a educação para a liberdade faz-se pela liberdade da escola, do professor, do educando, no estudo e no governo de si mesmo e da comunidade escolar a que pertence.

¹⁶ Ibidem, p. 69.

¹⁷ In **Sobre Educação Primária e Infantil**, p. 12.

¹⁸ Ibidem.

À liberdade no estudo corresponde a liberdade de espírito. O papel do professor é simples: limitar-se a estimular a curiosidade, deixando ao interesse dos alunos o estudo, com plena iniciativa e pelo uso constante de investigação experimental. Um processo poderia ser o de levar os alunos a unir-se em pequenos grupos para o estudo cooperativo do que nesse momento os interessasse, sempre buscando a disciplina pela satisfação do interesse psíquico. *“Fugir sempre das abstrações; jamais perder de vista o lar e a granja, a vida doméstica e a vida agrícola, a prática do trabalho em associação”*.¹⁹

Deve, a escola, integrar-se, o mais possível, na vida económica e social da aldeia, da vila, da cidade e servir directamente as suas necessidades fundamentais. *“Desde que se queira (como se deve) tomar para pontos de inserção os interesses espontâneos da criança e as actividades económicas locais, some-se pelo alçapão o programa fixo, para todos os tempos e para todos os sítios, subordinado à ideia de exame final e tendo como objectivo o de transmitir noções”*.²⁰

5.2 A criança no período de formação

Princípios de Sérgio:

- a) A vida de qualquer criança é um fluxo autónomo de crescimento (físico e mental) que não nos compete favorecer directamente, mas de que é possível afastar obstáculos e a que podemos ministrar os materiais mais úteis.²¹
- b) A escola tem sido, sobretudo até hoje (1918), uma nociva intervenção no crescimento natural.
- c) A vida das crianças na escola deve ser de criança, também preparação para a vida adulta, mas antes e sobretudo um processo real de vida infantil (Rousseau pensava que as crianças nada podem aprender de que não sintam vantagem actual e presente).
- d) Todo o ensino deve ser inserido numa actividade própria do educando, nascida por iniciativa sua, espontânea, independentemente do educador.
- e) O próprio das crianças é a acção e o concreto. A reflexão deve sair do concreto e reagir sobre ele, natural e imediatamente.
- f) A acção sugere, define e clarifica o pensamento.

¹⁹ Ibidem, p. 23.

²⁰ Ibidem, p. 27.

²¹ Hoje em dia, os pedagogos construtivistas acreditam que o papel do professor é o de povoar o ambiente de aprendizagem das crianças com materiais cognitivos, com os quais elas constroem o seu próprio conhecimento. Semelhante ideia é assumida por António Sérgio quase meio século antes dos construtivistas.

g) A inteligência infantil, segundo Rousseau, é uma inteligência sensitiva, sendo-lhe necessário, para aprender, exercer os membros, os sentidos, os órgãos que são os instrumentos do intelecto.

h) O grande ambiente educativo, contrariamente à opinião de Rousseau, é a actividade social, por isso é a ela que deve referir todo o sistema de educação.

E a estes acrescentaria outro, que falasse da importância do trabalho manual como fonte de experiência sensorial, estética, social, e como meio de adquirir e desenvolver habilidades que se fariam corresponder às actividades mais comuns no meio que circunscreve a escola.

5.3 O jovem no período de aprendizagem - a escola complementar

*“Cumprir às escolas complementares dirigir a atenção da juventude para o bem da comunidade, não pelo cultivo isolado do intelecto, por teoria ou pregações, mas através de perspectivas de melhoramento nas condições de vida do discípulo e na orgânica geral da sociedade, - e antes de tudo pelo treino eficiente na profissão a que se dedica”.*²²

As escolas de continuação estender-se-iam pelo período de aprendizagem e compreenderiam:

- a) Instrução prática e teórica nas oficinas, laboratórios e granjas escolares, dada por especialistas da profissão do aluno sob os auspícios da associação correspondente;
- b) Instrução comercial;
- c) Educação cívica prática por corporações de self government, cooperativas escolares e instrução sobre cooperativas, administração de caixas económicas, etc.;
- d) Instrução cívica teórica e estudo dos problemas sociais.

Para obviar a precoce especialização, e na cooperação, fecunda e educativa, entre as escolas e as fábricas, a escola e a produção, os jovens alternariam, semanalmente, entre a escola e o lugar de produção: naquela o estudo teórico, nesta o prático. Experimentaria o jovem, por este processo, as suas aptidões antes da escolha definitiva.

6. Reflexão final

António Sérgio antevia a cidade perfeita, aquela de quem são dignos apenas os cidadãos justos, intervenientes e bons. À escola, berço desvelado e princípio dessa cidadania, caberia despertar nas crianças e nos jovens, a partir da sua própria natureza evolutiva e dos seus interesses mais intrínsecos, o amor pela liberdade, pela cooperação, pela produção. Nessa Polis igualitária, isto é, onde já não há escravos, como havia na polis grega, libertando os cidadãos da tarefa de sobreviver, e a um passo da cidade do futuro em que as máquinas

²² In **Sobre Educação Primária e Infantil**, p. 39.

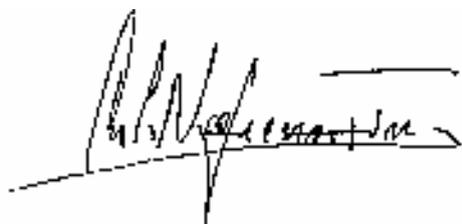
serão os escravos dos homens, produzir é a tarefa dos homens livres, e o seu estatuto tem a altura da dignidade dos homens.

Ele tinha a consciência profunda de que só a actividade social, espécie de concretização da polis, deveria ser o grande meio educativo onde a escola deveria beber do fecundo manancial da interacção. Em primeiro lugar interacção cidadãos - cidadãos (dizendo-se na escola alunos), mas também na verticalização das relações: alunos - professores, crianças - adultos, gerações actuais - outras gerações, até chegarmos à cidade educativa, cadinho gerador de cultura verdadeiramente geradora e colectiva.

*“E voltamos sempre ao processo de autoformação, creadora da pessoa, e de formação para a sociedade e cultura em mudança, em construção do porvir, interconexas. O que alarga a educação, da escola à cidade educativa, num permanente re-fazer-se e re-pensar-se, quer informais, quer institucionalizados (educação permanente); agora a institucionalização pode dar-se pela via dos interlocutores ausentes, ou seja, os outros como espaço mentalmente creado, graças ao diálogo implícito - falamos com os outros falando connosco mesmos”.*²³

7. **Bibliografia**

- Châtelet, F. e al. (1978). A Filosofia Pagã, 2ª ed. Lisboa. D. Quixote
- Faure, E. e al. (1981). Aprender a Ser, 3ª ed. Lisboa. Bertrand
- Giraud, J (1970). Introdução à Pedagogia. Lisboa. D. Quixote
- Maire, G. (1980). Platão. Lisboa. Edições 70
- Palmade, G. (1971). Les Méthodes en Pédagogie, 8eme édition. Paris. P.U.F.
- Planchard, E. (1979). Introdução à Pedagogia, 3ª ed. Coimbra. Coimbra Editora
- Sérgio, A. (1984). Educação Cívica, 3ª ed. Lisboa. Sá da Costa
- Sérgio, A. (s/d). Sobre Educação Primária e Infantil, 2ª ed. Lisboa. Inquérito.



Fevereiro de 1985 (reescrito em Novembro de 1997)

²³ Vitorino Magalhães Godinho, prefácio da **Educação Cívica**. A ortografia utilizada é a original.